

Enunciados de identidade envolvendo nomes próprios¹

Identity sentences involving proper names

Germano Nogueira Prado¹

¹ Professor no Colégio Pedro II – Departamento de Filosofia

E-mail: echtnussbaum@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho pretende discutir a solução de Kripke para o chamado “problema de Frege”, no que concerne a nomes próprios genuínos. Procuraremos mostrar que tal solução não consiste (ou não consiste expressamente) em dizer que espécie de informação nos é dada pelos enunciados de identidade envolvendo nomes de indivíduos – estratégia esta usada por Frege e Searle –, mas sim em estabelecer o caráter *a posteriori* e ao mesmo tempo necessário de tais enunciados. Tentaremos mostrar ainda que isso não implica que a teoria de Kripke sobre nomes próprios não possa dizer que tipo de informação nos é dada por tais enunciados e que, se ela pretende fazê-lo, talvez ela tenha que conceder que nomes próprios estão ligados a descrições definidas em um nível epistêmico ou, ao menos, em um nível epistêmico-científico – o que, a rigor, em nada afeta a principal tese semântico-metafísica de Kripke a esse respeito: a tese de que nomes próprios são designadores rígidos.

Palavras-chave: nomes próprios, enunciados de identidade, Kripke, descritivismo.

ABSTRACT: *The present work intends to discuss Kripke's solution to the so-called “Frege problem”, with respect to genuine proper names. We will try to show that such a solution does not (or does not expressly) consist in saying what kind of information is given to us by identity statements involving the names of individuals – a strategy used by Frege and Searle – but to establish the character at the same time a posteriori and necessary of such statements. We will try to show, further, that this does not imply that Kripke's theory of proper names can not tell what kind of information we are given by such statements and that if he intends to do so, he may have to concede that proper names are linked to descriptions defined at an epistemic level or, at least on an epistemic-scientific level – what, in fact, does not affect Kripke's main semantic-meta-physical thesis in this respect: the thesis that proper names are rigid designators.*

Keywords: *proper names, identity statements, Kripke, descriptivism.*

I

O enunciado “Túlio=Túlio” diz o mesmo que “Cícero=Túlio”? Caso não, o que há de diferente entre eles? Todos parecem concordar que há, sim, diferença entre os enunciados: o primeiro conteria uma informação trivial, enquanto o segundo parece exprimir uma ampliação nada trivial do nosso conhecimento. Em termos gerais, a questão é: como “a=a” e “a=b” podem ter valor cognitivo diverso ainda que “a” e “b” se refiram ao mesmo objeto? O problema (e, com ele, as divergências) surge (m) quando se tenta explicar

¹ O presente trabalho é uma versão quase sem modificações do que foi escrito em 2008 para uma disciplina do professor Marco Ruffino (Unicamp), a quem o artigo é dedicado, pela importância na minha formação, não obstante todas as nossas diferenças teóricas e políticas.

em que consiste a não trivialidade, o valor cognitivo de certos enunciados de identidade – problema esse que ficou conhecido na tradição analítica como “problema de Frege”.

Não nos concentraremos aqui senão em uma “instância”² desse problema: os enunciados de identidade entre nomes próprios. A interpretação de tais enunciados depende, evidentemente, da concepção que se tem a respeito do funcionamento dos nomes próprios na linguagem natural. Grosso modo, pode-se dizer que há duas linhas de interpretação que procuram responder a essa questão: uma que afirma que os nomes próprios possuem denotação (ou referência) e conotação (ou sentido, significado) e que a referência ou significado do nome se explicaria em termos de referência ou significado de descrições definidas; outra que defende que nomes próprios possuem apenas referência. A primeira, na qual podemos incluir, dentre outros, Frege, Searle e, em certa medida, Russel, é conhecida como descritivismo e costuma estar ligada a uma teoria da referência indireta (embora esse não seja sempre o caso³), segundo a qual o referente do nome é ao menos parcialmente determinado pelo significado desse nome. Já a segunda linha de interpretação, que constitui uma teoria da referência direta, é esposada por Kripke e costuma ser denominada referencialismo.

Um dos argumentos que costumam ser levantados a favor da primeira linha de interpretação é justamente o fato de que ela tem uma boa resposta para o “problema de Frege”, resposta cujas linhas capitais é dada, aliás, pelo próprio Frege. Pode-se até mesmo dizer, em certa medida, que ele introduziu a idéia de que nomes próprios têm sentido justo para poder dar conta do problema que, pelo fato de ter sido levantado por ele, leva seu nome.

Se uma boa teoria a respeito de nomes próprios deve procurar dar conta dos vários problemas envolvidos com essas entidades lingüísticas, a concepção de Kripke deve ter uma resposta à questão do valor cognitivo de certos enunciados de identidade parecem ter, nem que essa resposta consista em defender que, embora não pareçam, tais enunciados são triviais. Contudo, tal resposta parece não poder recorrer à tese de que nomes próprios têm sentido, como fazem os chamados “descritivistas”, visto que o que separa Kripke dos chamados “descritivistas” é exatamente o fato de ele recusar essa tese.

Nossa hipótese é a de que, se fornecer uma explicação para o “problema de Frege” implica em dizer sobre o que exatamente os enunciados em questão nos informam, a solução de Kripke – ao menos em *Naming and Necessity* – é insatisfatória. De fato, veremos que as soluções de Searle e Frege, corretas ou incorretas, procuram justamente dizer o que é informado por um enunciado de identidade (seção II) e que Kripke toma outro caminho (seção III). Isso não implica que sua teoria não possa fornecer tal explicação. Tentaremos mostrar que tais enunciados podem ser interpretados como tendo um conteúdo descritivo (do ponto de vista epistêmico) sem abrir mão da tese da designação rígida (seção IV).

II

Ao longo de sua obra, Frege fornece duas interpretações para o que seria expresso por um enunciado de identidade. A primeira, apresentada na sua *Begriffsschrift*, afirma que tais enunciados expressam uma relação

² Nosso trabalho se limitará aos nomes próprios genuínos (como Mateus, Marcos, Lucas, João) e deixará de lado os enunciados envolvendo apenas descrições definidas, por exemplo. De mais a mais, não parece haver divergência entre Kripke, por um lado, e Frege e Searle, por outro, no que diz respeito a enunciados de identidade envolvendo tão só estas últimas entidades lingüísticas.

³ Cf., por ex., Jackson (2010). Agradeço ao parecerista anônimo da revista que contribuiu, com os comentários e com essa referência, para a reformulação desse parágrafo e uma maior precisão das partes do texto referidas explicitamente por ele em seu parecer.

entre sinais ou nomes de objetos.⁴ Assim, enunciados do tipo “ $a=a$ ” e “ $a=b$ ” difeririam na medida em que o segundo pode representar um claro avanço do nosso conhecimento: a descoberta de que dois signos diferentes da linguagem têm o mesmo referente, o que, em muitos casos, pode não ser nada trivial. “Hesperus=Phosphorus”, por exemplo, não seria trivial porque exprime a descoberta científica de que o nome “Hesperus” denota, na nossa linguagem, o mesmo objeto que o nome “Phosphorus”.

Frege é levado a essa solução porque coloca a questão da maneira que segue. Os dados do problema são: i) enunciados do tipo “ $a=b$ ” e “ $a=a$ ” têm valor cognitivo diverso, já que o segundo é analítico e é estabelecido *a priori*, enquanto o primeiro pode não ser analítico e nem sempre é conhecido *a priori*, podendo, assim, expressar importantes descobertas científicas; ii) os elementos com os quais estamos lidando são: a) uma relação (de identidade); b) nomes ou sinais que se referem objetos; c) o próprio objeto referido em cada caso. A questão é: qual o caráter da relação estabelecida entre os relata nos enunciados acima, visto que i) é verdade?

Para responder a essa pergunta, não é possível recorrer à relação porque é justamente ela que deve ser explicada. A relação é ou bem entre os nomes, ou bem recai, de algum modo, no objeto. Segundo Frege, ela não pode recair no objeto porque assim i) seria violado: ambos os enunciados diriam sempre o mesmo, a saber, expressariam a “relação” que cada objeto tem unicamente consigo mesmo e com nenhum outro, relação esta que *a priori* e necessariamente pertence (ou parece pertencer) a todo e qualquer objeto. Donde, ela só pode ser uma relação entre nomes, na medida em que estes designam o mesmo objeto.

Todavia, uma vez que a ligação estabelecida entre nomes e objetos é arbitrária, a solução é problemática. Além disso, enunciados de identidade se limitariam a nos informar sobre o modo como a nossa linguagem se comporta para designar os objetos e nada diriam sobre os objetos eles mesmos. Ora, muitas vezes parece que é justamente para falar dos objetos que utilizamos tais enunciados – o que parece ser o caso dos enunciados científicos, por exemplo. Logo, a solução não daria conta do problema.

Visto que nenhum dos elementos que tínhamos disponíveis para resolver o problema (a relação, os nomes próprios, o objeto) foi suficiente para solucioná-lo satisfatoriamente, Frege (cf. 1978, p.62, 1996, p.187) introduz um novo elemento, que está como que “entre” o objeto e o nome que o designa: o sentido (*Sinn*). O sentido está, por um lado, ligado ao nome próprio na medida em que, por compreender uma descrição do objeto segundo um certo aspecto, elucida, pelo menos em parte, a que objeto particular o nome próprio se refere. Por outro, está conectado ao objeto, pois, ao descrevê-lo segundo um certo aspecto, o sentido contém um modo de apresentação do próprio objeto. Assim, o nome próprio possuiria não só uma referência (o objeto singular a que ele se refere), mas também um sentido (que ajuda a determinar a que objeto o nome se refere).

Com isso, é possível resolver o “problema de Frege”. Enunciados de identidade do tipo “ $a=b$ ” não são triviais na medida em que expressam o fato de que dois sentidos diferentes (associados a dois nomes próprios diversos) remetem à mesma referência. Tais enunciados não diriam apenas que dois signos arbitrários denotam o mesmo objeto, pois a ligação do nome com o objeto não é arbitrária, já que tal ligação é mediada por uma descrição deste. Dessa maneira, os enunciados desse tipo também não tratam do modo como nossa linguagem funciona, mas sim do próprio objeto, visto que o que eles afirmam é que dois modos de apresentação diferentes (duas descrições diversas) são modos de apresentação (descrições) de um mesmo objeto. Caso verdadeiros, eles podem, por isso, representar uma ampliação efetiva do nosso conhecimento.

Assim, para interpretar o enunciado “Hesperus=Phosphorus” teríamos que averiguar, em primeiro

⁴ Apresentamos a versão que aparece em G. Frege (1978), pp. 61- 62, e G. Frege (1996), pp. 186-187.

lugar, que sentidos estão associados a cada um desses nomes. Suponhamos que o sentido associado ao primeiro seja “o corpo celeste que é visto em tal ponto do céu à tarde” e que o que está ligado ao segundo seja “o corpo celeste que é visto em tal ponto pela manhã”. Desse modo, o que o enunciado inicial expressaria é que “o corpo celeste que é visto em tal ponto do céu à tarde é o corpo celeste que é visto em tal ponto do céu pela manhã”, ou seja, que as duas descrições acima são modos de apresentação diversos para o mesmo corpo celeste, que os sentidos associados aos nomes próprios denotam o mesmo objeto.

Desse modo, na medida em que os nomes próprios possuem sentido e que este em geral é expresso por uma descrição definida⁵ (expressões da forma “ θ x tal que Fx”), é possível dizer que aquelas expressões nada mais seriam que descrições definidas disfarçadas. No caso dos enunciados de identidade envolvendo nomes próprios, a análise de Frege parece então consistir em reduzi-los, por assim dizer, a enunciados entre descrições definidas que expressam o sentido de cada um dos nomes envolvidos.

Essa análise, contudo, não está isenta de problemas. Em primeiro lugar, o mesmo nome próprio pode estar associado (e em geral está) a diferentes descrições, como o próprio Frege reconhece⁶: “Aristóteles”, por exemplo, pode ter o sentido de “o discípulo de Platão” ou “o mestre de Alexandre”, dentre outros. A qual delas o nome “Aristóteles” está ligado? Às duas? A todas que são conhecidas pelo falante? Frege afirma que o sentido associado ao nome em questão dependerá do falante que o utiliza e o fato de falantes diferentes associarem sentidos diversos (e mais de um sentido) ao mesmo nome é aceitável desde que a referência deste não mude.

Além disso, se “Aristóteles” significa “o discípulo de Platão”, por exemplo, o enunciado “Aristóteles = o discípulo de Platão” seria uma mera tautologia e, assim, necessariamente verdadeiro – o que não parece ser o caso, visto que a propriedade atribuída a Aristóteles é contingente ou, em outras palavras, é possível conceber uma situação contrafactual em que Aristóteles não tenha sequer conhecido Platão, por exemplo⁷. Esse raciocínio parece poder ser estendido se não a todas, pelo menos à maioria das descrições definidas associadas a um nome próprio, bem como à conjunção de algumas ou mesmo de todas as descrições a ele associadas ($\text{Aristóteles} \equiv \text{o discípulo de Platão} \wedge \text{o mestre de Alexandre} \wedge \text{o autor da } \textit{Ética a Nicômaco} \wedge \dots$). Mas isso não implica que nomes próprios não estejam sempre ligados a descrições definidas; implica apenas duas coisas: i) que o sentido de um nome próprio não pode ser dado por uma única descrição definida sempre associada a ele (o que, de certa maneira, já se segue do que foi dito no parágrafo anterior); ii) que o sentido do nome próprio também não pode ser a conjunção de todas as descrições definidas a ele associadas.

Tais problemas exigem uma explicação mais precisa a respeito da relação entre os nomes próprios e os sentidos (expressos por descrições definidas) a eles conectados. É isso que Searle faz nos seu artigo “Proper Names”, de cujas teses relevantes para nosso tema trataremos em seguida.

⁵ Frege nunca diz expressamente que esse é o caso – até porque ele, tanto quanto sabemos, não usa o termo “descrição definida”. Por isso, dizemos com cuidado que “em geral” é assim. Não obstante, os exemplos utilizados em “Sobre o Sentido e a Referência” parecem apontar nessa direção.

⁶ G. Frege (1978), p. 63, nota 1, e G. Frege (1996), p. 197, nota 2.

⁷ Tanto quanto sabemos, Frege não levanta esse problema. O problema é levantado, mais ou menos da maneira como o reconstruímos, por Searle (1996), p. 253, e retomado por Kripke (1980), p. 30. Diga-se de passagem que, tanto quanto podemos ver, ele não discordaria (não totalmente, ao menos) da solução de Searle para essa dificuldade, na medida em que afirma que o sentido associado a um nome pode ser *ou* o que esse falante associa a ele *ou* o que aquele associa. A diferença entre eles estaria no fato de que, para Frege, o nome próprio parece ter sentidos *diversos* e *precisos* associados a ele por diferentes falantes, enquanto para Searle o nome próprio tem associado a si um *único* sentido *impreciso* constituído pelas diversas descrições associadas a ele pelos falantes. Cf. Idem, *ibidem*. e, sobre outras divergências entre eles, *infra*, nota 6.

Segundo Searle, nomes próprios não possuem sentido se isso significa afirmar que eles se referem a indivíduos pela especificação de determinadas propriedades ou características destes. São as descrições definidas que denotam indivíduos dessa maneira. Nomes são usados para fazer referência (função referencial) a objetos singulares, não para descrevê-los (função descritiva). Por outro lado, os nomes próprios teriam sentido se isso significa que seu uso para se referir a indivíduos pressupõe que estes tenham um número não especificado e suficiente de características, as quais estariam, de algum modo, logicamente associadas ao nome próprio.

O sentido do nome próprio seria, assim, não uma descrição definida específica nem a conjunção de algumas ou todas as descrições associadas ao nome, mas sim um conjunto ou uma disjunção inclusiva de todas as descrições (ou enunciados verdadeiros a respeito do objeto) que se costuma associar a ele e que delimitariam que objeto o nome denota (Aristóteles \equiv o discípulo de Platão \vee o mestre de Alexandre...). Fica necessariamente em aberto quais e quantas dessas propriedades supõe-se que o objeto deva satisfazer para ser o objeto referido pelo nome.

Desse modo, Searle assinala que há uma “frouxidão” (*looseness*) com relação aos critérios de identidade que um objeto deve preencher para ser a referência do nome próprio. Em virtude dessa característica, pode haver divergência com relação às descrições que falantes diferentes associam a um nome próprio e, assim, com relação a que propriedades pressupõe-se que o objeto tenha para ser a referência do nome – com o que Frege parece concordar. Mas Searle diverge de Frege⁸ ao afirmar que tal frouxidão é essencial ao papel desempenhado pelos nomes na linguagem, qual seja, o de possibilitar a referência a indivíduos sem a especificação de propriedades pertencentes a estes. Os falantes podem chegar explicitamente a um acordo a respeito de que critérios servirão para identificar o objeto referido pelo termo “Aristóteles”; tal acordo, contudo, implica na perda do que é peculiar ao nome – o fato de estas expressões, ao contrário das descrições definidas, poderem se referir a um objeto sem especificar as condições de identidade que este deve preencher para ser o objeto referido.

Apesar desse desacordo com relação ao caráter constitutivo ou não da “frouxidão” referida acima para o papel desempenhado por nomes próprios na linguagem natural e embora a noção de sentido de Searle seja diferente da de Frege (conquanto não pareça haver nada naquela noção que contradiga a deste), a resposta de Searle ao problema da não trivialidade de certos enunciados de identidade se aproxima da de Frege por também recorrer à noção de sentido. Enunciados do tipo “Hesperus=Phosphorus” podem expressar uma descoberta que amplia nosso conhecimento – podem ser sintéticos – se as pressuposições descritivas conectadas a cada um desses nomes por quem utiliza o enunciado é diferente. Caso as pressuposições sejam as mesmas, o enunciado é analítico. Não é claro que haja esta última possibilidade para Frege, embora nada implique não possa haver.

Essa explicação não deixa muito claro o que exatamente é dito em tais enunciados, quando não triviais. Mas se Searle afirma que: i) eles não nos informam algo sobre os nomes próprios que os constituem (Searle (1996), p. 249); ii) o que os torna não triviais são as pressuposições descritivas que associamos aos nomes e que devem ser preenchidas (em número suficiente e indeterminado) pelos objetos; então parece que poderíamos dizer que “Hesperus=Phosphorus” expressa o seguinte: o objeto a que chamamos “Hesperus” por atender a uma parte significativa das pressuposições descritivas: $(p \vee q \vee s \vee r\dots)$ é o mesmo

⁸ Frege diz que tais variações no sentido do nome deveriam ser resolvidas em uma linguagem perfeita e não devem ter lugar na ciência, ou seja, não seriam essenciais à função referencial da linguagem, mas sim defeitos a serem eliminados. Cf. G. Frege (1978), p.63, nota 1, e G. Frege (1996), p. 197, nota 2.

objeto que chamamos “Phosphorus” por preencher um número considerável das pressuposições: ($p_1 \vee p_2 \vee p_3 \dots$). A informação dada pelo enunciado seria então a de que Phosphorus preenche as pressuposições requeridas para um objeto ser Hesperus, e vice-versa. Note-se que bastaria haver apenas uma descrição, ou ao menos uma descrição de peso descritivo relevante⁹, que diferenciasses as pressuposições associadas a “Phosphorus” ou a “Hesperus” para que o enunciado seja informativo.

Assim, podemos dizer que as soluções de Frege e Searle para o problema da não trivialidade de certos enunciados de identidade entre nomes próprios coincidem no essencial: ambos interpretam tais enunciados como expressando que dois sentidos diversos determinam a mesma referência. A relação de identidade se dá aqui entre dois sentidos que têm um aspecto em comum: eles remetem para a mesma referência, são critérios de identificação preenchidos pelo mesmo objeto. Em ambos os casos, um enunciado da forma: nome próprio=nome próprio equivale a um da forma: descrição definida=descrição definida; e a proposição¹⁰ expressa por eles é composta puramente de entidades intensionais¹¹, isto é, sentidos. Assim, a composição dessa proposição (que costuma ser chamada “proposição fregeana”) pode ser expressa pelo seguinte conjunto: $\langle S_1, S_2, = \rangle$, onde “S” é um sentido e “=”, obviamente, a relação de identidade.

A diferença é que para Frege o sentido contém um modo de apresentação do objeto que media a relação entre este e o nome enquanto elucida (e não necessariamente determina¹²) a referência do nome e para Searle ele é a disjunção de propriedades dentre as quais o objeto deve satisfazer um número razoável para ser a referência do nome.

III

Vimos que a explicação descritivista para o “problema de Frege” depende inteiramente da idéia de que nomes próprios têm sentido. Ora, é sabido que a teoria de Kripke para nomes próprios nega que esse seja o caso. Como então ele lida com esse problema? Kripke parece fazê-lo a partir da separação entre conceitos de necessário e *a priori*, por um lado, bem como entre os conceitos de contingente e *a posteriori*, por outro. Para ele, necessário e contingente são noções metafísicas e dizem respeito à verdade relativamente a mundos possíveis. Necessário é aquilo que é verdadeiro em todos os mundos possíveis e contingente é aquilo que só é verdadeiro em um ou alguns mundos possíveis.

A priori e *a posteriori*, por seu turno, são noções epistemológicas e dizem respeito, portanto, ao nosso conhecimento. *A priori* é aquilo que conhecemos (ou podemos conhecer)¹³ independentemente da

⁹ É de se supor que as diferentes descrições associadas a um nome têm uma relevância distinta para a determinação da referência de tal nome. Quanto maior o poder descritivo de uma descrição, maior a sua relevância para a determinação da referência de um nome. Cf. A respeito dessa noção em Searle, Kripke (1980), p. 47.

¹⁰ Entendemos por proposição a estrutura lógica do enunciado, sem nos comprometermos se ela é uma entidade mental, lingüística, ou o que quer que seja.

¹¹ Frege não utiliza essa expressão e Searle só falará do sentido de um nome próprios em termos intencionais em artigos posteriores a “Proper Names”. Sobre esse ponto em Searle, cf. J. Searle (1996 b)

¹² Insistimos nesse ponto porque Frege não diz que o sentido de um nome próprio é condição suficiente para que seja identificada a referência deste, o que parece às vezes negligenciado por Kripke. Cf. G. Frege (1978), p.63 e G. Frege (1996), p. 187: “O sentido de um nome próprio é entendido por todos que conhecem a linguagem ou a totalidade de designações das quais o nome próprio faz parte; isso, porém, elucida a referência, *mas sempre de uma maneira parcial*. Para um conhecimento total da referência, exigir-se-ia que fôssemos capazes de dizer, de imediato, se um dado sentido pertence ou não a essa referência. Isso, porém, nunca conseguiremos.” (Grifo nosso).

¹³ Não entraremos nos problemas levantados por Kripke na definição de *a priori*. Cf. S. Kripke (1980), p. 35.

experiência; *a posteriori*, o que conhecemos através da experiência. Assim, a menos que tais noções sejam co-extencionais, é possível que nem tudo que é *a priori* seja necessário e que nem tudo que é *a posteriori* seja contingente. E, segundo Kripke, é esse o caso. Para sustentar sua tese, Kripke apresenta alguns exemplos em que as noções acima estariam dissociadas. Um deles – provavelmente o mais representativo – é justamente a identidade “Hesperus=Phosphorus”. Esse enunciado seria um exemplo de verdade necessária *a posteriori*. Vejamos primeiro como ele interpreta o funcionamento dos nomes próprios na linguagem para, em seguida, abordar os argumentos que sustentam sua posição.

Segundo Kripke, todo nome próprio é um “designador rígido”, ou seja, uma expressão que denota um único e mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis (ou situações contrafactuais). E o nome faz referência ao objeto diretamente, ou seja, sem a mediação de uma descrição definida (uma característica do objeto, específica ou não específica) que fosse sinônima do nome e que, assim, pudesse substituí-lo – visto que é isso que significa, para Kripke, um nome ter sentido. E dado que, se deixarmos de lado as descrições definidas rígidas e rigidificadas, estas expressões têm funcionamento totalmente oposto ao do nome próprio (são designadores não-rígidos, isto é, podem se referir a indivíduos diferentes em diferentes mundos possíveis, e denotam um objeto por meio de uma característica deste), parece não ser possível que isso seja diferente.

Isso não implica que as descrições definidas não desempenhem nenhum papel no funcionamento dos nomes próprios. De fato, embora ela não seja um sinônimo do nome nem este uma abreviação daquela, ela pode ser utilizada (e normalmente o é) para fixar a referência deste. Pode-se fixar a referência de “Lula”, por exemplo, através da descrição “o presidente do Brasil em 2007”, visto que essa é uma propriedade que cabe unicamente a esse objeto – ao menos no mundo atual – e pode, assim, ser usada para identifica-lo; mas uma vez estabelecida a referência, a descrição definida é como que “deixada de lado” e o nome passa a se referir diretamente ao objeto Lula.

O caso paradigmático em que uma descrição definida costuma ser usada para estabelecer a referência do nome próprio é o do que Kripke chama de “batismo inicial”, isto é, o da ocasião em que um objeto recebe seu nome próprio. É claro que, nesse como em outros casos (quando se ensina alguém a usar um nome, por ex.), a ostensão também pode ser utilizada para identificar o objeto designado pelo nome. E dado o batismo inicial, a manutenção da referência de um nome não se dá pelas crenças que o falante tem a respeito do que é o objeto (das descrições que este supõe que o objeto satisfaz), as quais podem ser falsas, mas sim pelo fato de ele pertencer a uma comunidade lingüística, na qual o nome é passado de falante em falante (de link em link) até chegar ao objeto referido, formando uma espécie de “cadeia causal”.

Desse modo, o enunciado “Hesperus=Phosphorus” é um enunciado envolvendo designadores rígidos. Que tal enunciado seja estabelecido *a posteriori*, parece que ninguém poderia duvidar. Pois em que lugar encontraríamos as evidências para afirmar que ele é o caso que não em investigações empíricas? Esse enunciado não pode ser estabelecido pela consideração dos sentidos dos termos nomes envolvidos (na medida em que, para Kripke, nomes próprios não têm sentido), nem pela mera consideração do modo pelo qual os usamos antes da descoberta científica de que Hesperus é Phosphorus. Em que sentido este último ponto é o caso, veremos um pouco mais tarde.

O ponto polêmico parece estar na afirmação de que ele é necessário. Todavia, a necessidade de tais enunciados parece se seguir da tese de que nomes próprios são designadores rígidos. Com efeito, se um nome próprio designa um mesmo objeto em todos os mundos possíveis e se é verdade que “Hesperus=Phosphorus”, é verdade que em todos as situações contrafactuais possíveis os nomes que ladeiam o sinal de identidade designam um e o mesmo objeto e que, portanto, o enunciado é necessário, isto é,

verdadeiro em todos os mundos possíveis.

Contudo, parece que podemos conceber situações contrafactuais em que o enunciado “Hesperus=Phosphorus” é falso. Se esse é o caso, tal enunciado seria contingente. A estratégia de Kripke para sustentar que este não é o caso consiste em argumentar que, *do ponto de vista epistêmico*, pode-se até conceber situações contrafactuais qualitativamente idênticas às que nos levaram a dizer que “Hesperus=Phosphorus” e nas quais não chegaríamos à mesma conclusão, mas que tais situações não mostram que Hesperus poderia não ser Phosphorus, se de fato Hesperus é Phosphorus.

Este argumento parece-nos, aliás, ambivalente. Se, por um lado, ele serve para refutar a idéia de que se pode conceber um mundo possível em que “Hesperus=Phosphorus” é falso, por outro, ele nos mostra qual é, para Kripke, a natureza da aposterioridade de tal enunciado – o que nos leva ao ponto que deixamos em aberto dois parágrafos acima. Antes de abordá-lo, exponhamos o argumento em questão.

Para ficarmos apenas no caso extremo, ele consiste no que segue. Poder-se-ia imaginar uma situação contrafactual em que as mesmas pessoas que determinaram pela primeira vez a referência de (que batizaram) Phosphorus e Hesperus no mundo atual tivessem, no mesmo momento do tempo, a mesma evidência empírica (qualitativamente falando) que tiveram de fato. Suponhamos que elas usassem as mesmas descrições definidas para identificar os objetos a serem nomeados, digamos “o corpo celeste visto em tal lugar do céu pela manhã” para o objeto a ser nomeado “Phosphorus” e “o corpo celeste visto em tal lugar do céu à tarde” para o objeto a ser chamado “Hesperus”, e que tais objetos estavam na mesma hora e na mesma posição em que Phosphorus e Hesperus costumam ser vistos de fato. Suponhamos ainda que o nome passou pelos mesmos links até chegar àquele que, pelas mesmas investigações empíricas que dispuseram de evidências teóricas qualitativamente idênticas, descobriu que o objeto designado “Hesperus” nessa situação contrafactual é diferente do que é designado “Phosphorus” na mesma. Ainda assim, tal situação não seria, segundo Kripke, uma situação em que Hesperus não é Phosphorus; apenas, em tais casos, pelo menos um dos objetos, digamos, o que é designado “Hesperus”, não era Hesperus.

Em outras palavras, nesse caso não fizemos nada mais que construir uma situação contrafactual em que os nomes em questão na verdade não são usados da mesma maneira que nós usamos – isto é, para designar os objetos que eles de fato designam em nossa linguagem. Ora, raciocínios contrafactuais são formulados na nossa linguagem e só fazem sentido, segundo Kripke, caso o mesmo objeto esteja em questão nas situações contrafactuais que construímos utilizando o nome desse objeto *na nossa linguagem* – uma vez que construímos tais situações com tal nome para falarmos *desse* objeto que designamos por tal nome.¹⁴ Logo, a situação acima não ser uma situação em que Hesperus não é Phosphorus, mas simplesmente uma situação em que tais nomes não são usados do mesmo modo em que os usamos. Embora a situação seja qualitativamente idêntica do ponto de vista epistêmico, ela não diz respeito aos mesmos objetos. No que diz respeito ao caráter necessário do enunciado em questão, o argumento confirma que, embora pareça haver, de fato não há uma situação contrafactual em que Hesperus não é Phosphorus, *se* é o caso que Hesperus=Phosphorus.

Podemos agora responder a questão da natureza da aposterioridade de enunciados desse tipo. A explicação é a que segue. A referência dos nomes próprios (Hesperus e Phosphorus, para ficarmos no nosso exemplo e caso paradigmático) poderia ser determinada, em uma situação contrafactual, da mesma maneira e a partir das mesmas evidências que nós temos (no caso, as suas respectivas posições e horários de aparecimento no céu). Contudo, disso – dessa maneira de usar os nomes em questão e dadas as evidências que

¹⁴ Cf. S. Kripke (1980), p. 44 a 46 e p. 76 a 78.

temos – não se segue que nosso mundo é tal que é verdade “Hesperus=Phosphorus”. Poderia muito bem ser o caso que, no nosso mundo, os nomes em questão pertencessem a corpos celestes diferentes e o enunciado em questão fosse, assim, falso. E o que pode nos dizer se vivemos no mundo em que “Hesperus=Phosphorus” é verdadeiro ou no que esse enunciado é falso? Apenas a investigação do mundo, isto é, a investigação empírica. Por conseguinte, o enunciado em questão é *a posteriori* no sentido de que só uma investigação empírica pode dizer se nosso mundo é tal que ele é verdadeiro ou que ele é falso – o que não pode ser feito tão só pelas evidências que temos ao fixar as referências dos nomes em questão.

Se essas considerações estão corretas, o enunciado “Hesperus= Phosphorus” expressa uma verdade necessária *a posteriori*. Ao dizer isso, Kripke responde ao “problema de Frege”, ou seja, explica porque enunciados desse tipo podem não ser triviais? Em certo sentido, sim. De fato, podemos dizer que tais enunciados não são triviais porque, conquanto necessários, exigem uma investigação empírica para serem estabelecidos, no sentido acima explicitado. Contudo, essa estratégia de resposta não é a mesma de Frege e Searle.

Com efeito, Frege e Searle explicam porque enunciados de identidade podem ter um valor cognitivo recorrendo a uma certa concepção da *proposição* que é expressa por tais enunciados. O valor cognitivo de tais enunciados decorre do fato de que a proposição por eles expressa compõe-se dos sentidos diversos associados aos nomes que ladeiam o sinal de identidade do enunciado. Assim, tais enunciados são informativos porque a proposição por eles expressa nos dá a conhecer algo relevante a respeito do objeto. Kripke, por seu turno, não responde ao “problema de Frege” – se de fato sua explicação para os enunciados de identidade em questão é uma solução para esse problema – recorrendo à proposição expressa por enunciados do tipo “Hesperus=Phosphorus”. No lugar disso, ele baseia sua resposta no fato de que tais enunciados, não obstante sejam necessários, exigem uma investigação empírica para serem estabelecidos e que, por conta disso, eles têm um valor cognitivo. Nesse caso, o valor cognitivo ou a não trivialidade desses enunciados decorre da sua aposterioridade e não da proposição por eles expressa.

Ora, parece razoável esperar que uma resposta para o problema do valor cognitivo dos enunciados de identidade nos diga o que eles nos dão a conhecer, ou seja, que espécie de conhecimento adquirimos com esses enunciados. É um conhecimento sobre objetos? Ou sobre o modo como funciona nossa linguagem? Em Frege e Searle¹⁵, a resposta é, como vimos, a de que tais enunciados nos informam algo a respeito de objetos. Em Kripke também parece ser esse o caso: uma vez que a verdade de enunciados desse tipo é estabelecida por meio de investigação empírica, ou seja, investigação dos objetos, é de se esperar que o valor cognitivo de tais enunciados seja de alguma maneira relacionado com estes. Mas de que maneira? Que tipo de conhecimento tal investigação empírica adquire? A esse respeito, já temos a resposta de Frege e Searle: tais enunciados nos informam algo a respeito dos objetos na medida em que nos dizem que descrições distintas associadas aos dois nomes que ladeiam o sinal de identidade são descrições de um único e mesmo objeto. De que maneira, para Kripke, enunciados desse tipo estão relacionados com os objetos – se de fato eles nos informam sobre estes? Que tipo de informação esses enunciados nos dão sobre esses objetos? A que o objeto é idêntico a si mesmo? Ou eles nos informariam que nomes próprios diversos designam, em nossa linguagem, o mesmo objeto? A resposta de Kripke, ao menos tal como a vimos até aqui, é insatisfatória a esse respeito. Contudo, ao menos de início, nada implica que ela não possa responder a tais perguntas.

Em suma, propomos à teoria de Kripke as seguintes questões: i) visto que enunciados do tipo aqui examinado tem um valor cognitivo não trivial, sobre o que é a informação por eles prestada? É sobre o(s)

¹⁵ Em Searle, pelo menos quando a sentença em questão é usada para a construção de um enunciado sintético. J. Searle (1996), p. 251.

objeto(s)? É sobre a linguagem?; ii) Uma vez esclarecido sobre que item tais enunciados nos informam, que tipo de informação eles fornecem sobre esse item? Se for sobre objetos, eles nos informam o que – apenas que o objeto é idêntico a si mesmo? Sobre a linguagem – que nomes diversos se referem ao mesmo objeto? Por fim, dado que podemos dizer que, para Frege e Searle, a informação prestada pelo enunciado de identidade está intimamente ligada à (ou mesmo *se confunde* com a, *é a*) proposição por ele expressa, acrescentamos as seguintes questões: iii) será que isso ocorre também em Kripke?; iv) que tipo de proposição seria expressa por tais enunciados, de acordo com o quadro teórico apresentado por Kripke?

IV

Já que é recorrendo à proposição expressa pelos enunciados de identidade do tipo em questão que Frege e Searle respondem a i) e ii), comecemos pela última questão. Dado o espaço de manobra da semântica kripkeana, o que quer dizer, dado que nomes próprios não teriam como sentido um conteúdo descritivo a respeito do objeto, mas seu “significado”, se podemos falar assim, é tão só o objeto mesmo por ele designado, temos dois candidatos a componentes da proposição expressa por enunciados de identidade, ao lado do sinal de identidade: os nomes próprios e os objetos por eles referidos.

Kripke dá indicações a respeito do tipo de proposição que seria expressa pelos enunciados em questão na “Lecture III” (S.Kripke (1980), p. 107-108) ao discutir a respeito dos modos pelos quais se concebe a relação de identidade. Nesse ponto, Kripke sugere que a relação de identidade deve ser tomada sempre como a relação reflexiva de uma coisa com ela mesma e critica a posição filosófica que a concebe como uma relação entre nomes – posição que, como vimos, foi defendida por Frege antes de “Sobre o Sentido e a Referência”.

Kripke dá dois argumentos para recusar que enunciados de identidade entre nomes próprios distintos dizem algo a respeito dos próprios nomes envolvidos. O primeiro diz respeito a um modo como essa concepção foi formulada, qual seja: “ $x=y$ ” se e somente se “ x ” e “ y ” são nomes do mesmo objeto. Kripke diz o seguinte a respeito dessa formulação: i) ela nada diz a respeito de nomes próprios, já que “ x ” e “ y ” são variáveis; ii) prova-o o fato de que podemos dizer, e.g., $\forall(x) \forall(y) (x=y \rightarrow y=x)$, que não inclui nomes nem nada diz a respeito de nomes e é um enunciado que seria verdadeiro ainda que nomes ou mesmo humanos nunca tivessem existido. Esse argumento parece atingir mais uma formulação infeliz do que a tese mesma de que os enunciados como “Cícero=Túlio” expressariam uma relação entre nomes que têm o mesmo referente.

O outro argumento é o seguinte: conceda a quem defende a posição em questão que, numa língua dada, de fato a relação de identidade é uma relação entre nomes. Agora suponha uma relação de artificial – Kripke a chama de “schmidentity” (“schmidentidade”, digamos) – que se mantém apenas entre um objeto e ele mesmo. Segundo Kripke, se surge a questão se Hesperus é “schmidêntico” a Phosphorus, os problemas que se pensou resolver ao transformar a identidade em uma relação entre nomes vão ressurgir, o que sugere que eles provêm dessa relação que um objeto tem consigo mesmo. Donde, a tese de que a identidade é uma relação entre nomes em nada resolveria os problemas para os quais foi criada para resolver.

Ao dizer isso, Kripke parece dizer que a relação de identidade é sempre uma relação do objeto consigo mesmo. Se assim é, a proposição expressa por um enunciado de identidade seria composta pelo próprio objeto duas vezes designado pelos nomes que ladeiam o sinal de identidade e o próprio sinal de identidade, o que pode ser expresso assim: $\langle \Theta, \Theta, = \rangle$, onde “ Θ ” representa o objeto. Mas se é assim, a proposição expressa por um enunciado do tipo “ $a=b$ ” é a mesma que é expressa por enunciados do tipo “ $a=a$ ”. Nesse

sentido, “Hesperus=Phosphorus” expressa simplesmente que “Vênus=Vênus”. Nesse caso, se o conhecimento adquirido com os enunciados do primeiro tipo se confundisse com ou se restringisse à proposição por ele expressa, tal conhecimento seria trivial – qual seja, o de que um objeto é idêntico a si mesmo. Logo, se a informação prestada por tais enunciados não é trivial (ou dado que não é, uma vez que amplia nosso conhecimento), o conhecimento adquirido com tais enunciados é algo diferente da proposição por eles expressa.

Kripke parece rejeitar a possibilidade de que a proposição seja formada pelos nomes próprios e o sinal de identidade – o que nos daria $\langle R_1, R_2, = \rangle$, onde “R” é um nome próprio – ou mesmo por estes mais o objeto – o que nos daria $\langle R_1, R_2, \Theta, = \rangle$. Mas ainda que ele aceitasse tais possibilidades, cairíamos nas mesmas dificuldades da solução dada por Frege na *Begriffsschrift*.

Assim, se tais considerações estão corretas, vemos que Kripke não poderia recorrer à proposição expressa pelos enunciados em questão para explicar sobre o que eles nos informam e que tipo de informação nos é fornecida por eles – como Frege e Searle parecem fazer. Em outras palavras, talvez possamos dizer que a semântica de Kripke (ao menos com relação aos aspectos até aqui analisados) não dá conta do problema do valor cognitivo dos enunciados de identidade, se e na medida em que esse problema implica as questões acima levantadas.

Se, do ponto de vista semântico, a teoria de Kripke não pôde responder às questões propostas, resta-nos averiguar se ela pode fazê-lo do ponto de vista estritamente epistêmico. As questões – Sobre que itens enunciados como “Hesperus=Phosphorus” nos *informam*? Que tipo de *conhecimento* adquirimos sobre tais itens? – são, de fato, questões de ordem epistêmica. Procuramos a sua resposta na semântica apenas porque é através dela que Searle e Frege respondem a tais questões e queríamos averiguar se Kripke poderia fazer mesmo.

Seja, então, a primeira pergunta: Sobre que itens os enunciados em questão nos informam? O que Kripke nos diz a respeito? Que tais enunciados são estabelecidos por investigação empírica, isto é, pela investigação dos objetos. E dado que na maioria das vezes os usamos para falar a respeito de objetos e para expressar descobertas científicas a respeito destes, cumpre reconhecer que tais enunciados nos informam sobre os objetos.

Mas que tipo de conhecimento sobre os objetos adquirimos com eles? De certo não é a simples informação de que dois nomes designam o mesmo objeto. Isso porque, embora possamos dizer que as informações a respeito dos nomes pelos quais designamos os objetos sejam, em um sentido fraco, informações a respeito dos objetos, não parece ser simplesmente isso que a descoberta científica de que Hesperus=Phosphorus nos informa.

Ora, ao lidar com objetos, uma investigação empírica não lida apenas com estes e seus nomes, mas também e sobretudo com descrições desses objetos, as quais estão associadas a seus nomes. Tais descrições expressam as características por meio das quais identificamos os objetos com os quais lidamos. Assim, para estabelecer um enunciado como Hesperus=Phosphorus, isto é, para estabelecer que Phosphorus e Hesperus são o mesmo objeto, nada mais temos disponível que as características fenomênicas que observamos ao lidar com o objeto que designamos Phosphorus e com o objeto que designamos Hesperus. Em dado momento, reconhecemos que as características são tais que elas identificam um único e mesmo objeto; ou seja, as evidências fenomênicas são tais que nos permitem afirmar que Hesperus=Phosphorus. O enunciado nos informa, por conseguinte, que as características de Hesperus, expressas por descrições associadas ao nome “Hesperus”, são tais que podem ser atribuídas a Phosphorus, e vice-versa, de tal modo que não podemos distingui-los. Esses enunciados nos informam, por conseguinte, que o objeto que identificávamos através

de tais e tais características e a cujo nome associávamos, por isso, tais e tais descrições, é o mesmo objeto que reconhecíamos por tais e tais outras características e a cujo nome associávamos, desse modo, tais outras descrições.

Tomemos um exemplo mais mundano. Suponha que eu tenha como amigo um certo Marco, amante da sagrada cevada e dos charutos; e suponha que eu tenha um irmão que estuda filosofia e me fala sempre de um professor sério, competente e bastante “certinho”, chamado Antônio. Um dia, em uma visita à faculdade do meu irmão, descobro que Marco=Antônio. Que tipo de informação adquireo ao descobrir tal enunciado? Não pode ser outra senão a de que o objeto que eu reconheço como tendo as características de Marco (expressas em descrições associadas a esse nome) é aquele que reconheço como tendo as características de Antônio (também expressas por descrições associadas a esse nome).

O caráter informativo do enunciado está, por conseguinte, no conteúdo descritivo que, do ponto de vista epistêmico, enunciados como Hesperus=Phosphorus possuem. A respeito dessa tese, convém ressaltar, em primeiro lugar, que o grau de informatividade do enunciado de identidade em questão variará de falante para falante, de acordo com as descrições que estes associarem aos nomes em questão – embora o tipo de informação prestada permaneça o mesmo. Assim, para um astrônomo o enunciado Hesperus=Phosphorus seria mais informativo do que para um leigo. Evidentemente, se associamos ou se um falante associa apenas descrições falsas aos nomes que ladeiam o sinal de identidade, a informação que ele obtém com esse enunciado é falsa; mas, com isso, o enunciado não deixa de ser informativo. Tais enunciados só não informam nada quando o falante em questão não associa nenhuma descrição aos nomes próprios que formam o enunciado – ou seja, quando o falante não tem nenhuma idéia de que objeto trata o enunciado.

Segundo, que as descrições associadas ao nome por um outro falante são descrições indexadas ao mundo atual, visto que é concebível que em outro mundo possível outras descrições estejam associadas ao nome – até mesmo porque o objeto nesse outro mundo poderia ter propriedades (não essenciais) diferentes das que ele tem no mundo atual.

Terceiro, e mais importante, a atribuição de um conteúdo descritivo, *do ponto de vista epistêmico* (isto é, do ponto de vista do que *nós* conhecemos através da linguagem), aos nomes próprios e a determinados enunciados de identidade que formamos com eles em nada afeta a tese semântico-metafísica de que nomes são designadores rígidos. De fato, Kripke não recusa que nós associamos descrições aos nomes próprios que damos aos objetos, mas sim que tais descrições sejam o sentido do nome, sentido este pelo qual o nome pudesse ser substituído.

Há ainda dois argumentos que poderíamos levantar a favor de nossa interpretação. Em primeiro lugar, enquanto solução do problema de Frege no interior do quadro conceitual de Kripke, ela é bem sucedida em manter a separação, como parecem querer Kripke e os referencialistas¹⁶, entre os âmbitos metafísico e semântico, por um lado, e epistêmico, por outro.

Em segundo lugar, essa interpretação corrobora com certas intuições modais que temos a respeito de enunciados como “Hesperus=Phosphorus”¹⁷: de fato, podemos conceber que Hesperus seja diferente de Phosphorus, isto é, que as *evidências empíricas* que temos a respeito de sua identidade sejam falsas. Mas isso só de uma perspectiva epistêmica: por que esta lida justamente com as propriedades que usamos para identificar os objetos, com descrições puramente qualitativas das situações contrafactuais e, nesse campo, ilusões desse gênero podem de fato ocorrer. Mas *se* é verdade que “Hesperus=Phosphorus”, não pode haver um mundo

¹⁶ Cf. H. K. Wettstein (1991), p. 123.

¹⁷ Cf. S. Kripke (1980), p. 103.

possível em que isso não é o caso – o enunciado é, sim, necessário.

*

No presente trabalho, percorremos duas correntes opostas na sua tentativa de resolver um mesmo problema: o problema do valor cognitivo dos enunciados de identidade entre dois nomes próprios distintos. Vimos, por um lado, que Frege e Searle resolvem tal problema recorrendo à noção de que nomes próprios possuem sentido e à proposição expressa por tais enunciados. Com isso, eles conseguem nos dizer sobre que itens tais enunciados nos informam (a saber, objetos) e que tipo de informação nos é dada sobre esse item (a saber, que descrições associadas a nomes distintos são descrições de um mesmo objeto). Por conseguinte, a resposta ao problema epistêmico em questão é dada aqui por uma certa semântica dos nomes próprios e dos enunciados em questão.

Kripke, por seu turno, toma um outro caminho, na medida em que procura estabelecer o valor cognitivo dos enunciados em questão pelo seu caráter a um tempo *a posteriori* e necessário. Ele consegue, com isso, uma resposta ao problema. Tal resposta é, contudo, insatisfatória, se consideramos que ela devia nos informar, como a de Frege e Searle, sobre que item e que tipo de informação sobre esse item os enunciados em questão nos dão.

Procuramos, então, averiguar se o quadro teórico de Kripke comporta uma solução desses problemas. Vimos então que sua semântica, ao menos com relação aos aspectos aqui examinados, fracassa em fazê-lo. Recorremos ao que Kripke fala em termos epistêmicos sobre a questão e defendemos então a tese, de início semelhante à de Frege e Searle, de que tais enunciados têm um conteúdo descritivo.

Referências

- FREGE, G. “Sobre o Sentido e a Referência”. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Seleção, tradução, introdução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1978.
- _____. “On Sense and Nominatum”. In: Martinich (ed.). *The Philosophy of Language*. New York: Oxford University Press, 1996.
- KRIPKE, S. *Naming and Necessity*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1980.
- JACKSON, Frank. “Conceptual Analysis for Representationalists”. In: *Grazer Philosophische Studien. International Journal for Analytic Philosophy*. 81 (2010). p. 173–188.
- SEARLE, J. “Proper Names”. In: Martinich (ed.). *The Philosophy of Language*. New York: Oxford University Press, 1996.
- _____. “Proper Names and Intentionality”. In: Martinich (ed.). *The Philosophy of Language*. New York: Oxford University Press, 1996 b.
- WETTSTEIN, H. K. *Has Semantics Rested on a Mistake? And Other Essays*. California: Stanford University Press, 1991.

Artigo recebido em: 14 de junho de 2019

Artigo aceito em: 23 de julho de 2019